

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 2458/2022-PGJ, DE 26.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 3º Promotor de Justiça de Campo Grande, Fernando Jorge Manvailer Esgaib, para, sem prejuízo de suas funções, participar das audiências na 2ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da referida Comarca, em regime de mutirão, no dia 2.6.2022, nos termos da Resolução nº 23/2021-PGJ, de 23.6.2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2459/2022-PGJ, DE 26.5.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 8º Promotor de Justiça de Três Lagoas, Moisés Casarotto, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos nº 0006722-55.2015.8.12.0021, em trâmite na 1ª Vara Criminal da referida Comarca.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2435/2022-PGJ, DE 25.5.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Autorizar a averbação de tempo de contribuição requerida pelo Promotor de Justiça Thiago Barbosa da Silva, para fins de aposentadoria e disponibilidade, nos termos dos artigos 79 e 82 da Lei Estadual nº 3.150, de 22.12.2005, conforme o quadro a seguir (PGA nº 09.2021.00004165-8):

CONTRIBUIÇÃO	TEMPO	PERÍODO	CARGO/FUNÇÃO	EMPREGADOR
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (RGPS)	8 anos, 2 meses e 13 dias (2.993 dias)	23.9.2005 a 5.12.2013	Assessor Jurídico	Ministério Público de Mato Grosso do Sul - MPMS

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2481/2022-PGJ, DE 26.5.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Procuradora de Justiça Lucienne Reis D’Avila 3 (três) dias de férias compensatórias no período de 22 a 24.8.2022, referentes ao feriado forense de 20.12.2018 a 6.1.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2482/2022-PGJ, DE 26.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Procuradora de Justiça Lucienne Reis D'Avila 2 (dois) dias de compensação nos dias 12 e 25.8.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 25.4 a 2.5.2022, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-569/2022/PJ, DE 30.5.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Procurador(a) de Justiça Silvio Cesar Maluf, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2018/2019	10	1 a 10.7.2022	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2460/2022-PGJ, DE 26.5.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 8º Promotor de Justiça de Três Lagoas, Moisés Casarotto, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos da Notícia de Fato nº 01.2021.00007361-7.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2461/2022-PGJ, DE 26.5.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 3ª Promotora de Justiça de Sidrolândia, Bianka Machado Arruda Mendes, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos nº 0002317-88.2021.8.12.0045, em trâmite perante a 3ª Promotoria de Justiça da referida Comarca.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2483/2022-PGJ, DE 26.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Humberto Lapa Ferri 4 (quatro) dias de compensação nos dias 20.5, 23, 24 e 28.6.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no dia 7.1.2020 e no período de 23 a 30.11.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2484/2022-PGJ, DE 26.5.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Humberto Lapa Ferri 1 (um) dia de compensação no dia 27.6.2022, por ter coadjuvado a 53ª Zona Eleitoral nas eleições de 2018 no dia 28.10.2018, nos termos do artigo 98 da Lei Federal nº 9.504, de 30.9.1997.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2462/2022-PGJ, DE 26.5.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Substituta Janaina Scopel Bonatto para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências do Juizado Especial Adjunto da comarca de São Gabriel no dia 27.5.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-570/2022/PGJ, DE 30.5.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Christiane de Alencar, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009- PGJ, de 4.11.2009, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	10	12 a 21.9.2022	GOZO	SIM

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2463/2022-PGJ, DE 26.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 2º Promotor de Justiça de Aquidauana, José Maurício de Albuquerque, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos nº 0000634-72.2022.8.12.0015, em trâmite na 1ª Vara Criminal da comarca de Miranda.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2485/2022-PGJ, DE 26.5.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Fernando Martins Zaupa 14 (quatorze) dias de férias compensatórias nos dias 13 e 14.10.2022 e no período de 5 a 16.12.2022, referentes aos feriados forenses de 20.12.2006 a 6.1.2007 e 20.12.2017 a 6.1.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2486/2022-PGJ, DE 26.5.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Jorge Ferreira Neto Júnior 5 (cinco) dias de compensação no período de 4 a 8.7.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 10 a 12.4.2020 e nos dias 25 e 26.4, 6 e 7.6.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2478/2022-PGJ, DE 26.5.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Estabelecer a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de junho de 2022, nos termos da Resolução nº 20/2012-PGJ, de 5.6.2012, conforme segue:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 1 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE FÁTIMA DO SUL, GLÓRIA DE DOURADOS, DEODÁPOLIS, IVINHEMA E ANGÉLICA			
4 e 5.6.2022	PJ de Glória de Dourados	Gilberto Carlos Altheman Júnior	99312-3890
11 e 12.6.2022	2ª PJ de Ivinhema	Allan Thiago Barbosa Arakaki	99866-7689 (44) 99775-3021
16 a 19.6.2022	PJ de Glória de Dourados	Gilberto Carlos Altheman Júnior	99312-3890
25 e 26.6.2022	1ª PJ de Ivinhema	Daniel do Nascimento Britto	98478-2040 99645-7680



REGIÃO 2 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIO BRILHANTE, ITAPORÃ E NOVA ALVORADA DO SUL			
4 e 5.6.2022	1ª PJ de Rio Brilhante	Jorge Ferreira Neto Júnior	98478-2317
11 e 12.6.2022	PJ de Nova Alvorada do Sul	Maurício Mecelis Cabral	99825-0691
16 a 19.6.2022	PJ de Itaporã	Radamés de Almeida Domingos	99826-2127 99938-8388 99978-0116
25 e 26.6.2022	2ª PJ de Rio Brilhante	Alexandre Rosa Luz	98478-2042
REGIÃO 3 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NOVA ANDRADINA, BATAYPORÃ E ANAURILÂNDIA			
4 e 5.6.2022	2ª PJ de Nova Andradina	Paulo Leonardo de Faria	98478-2048
11 e 12.6.2022	PJ de Anaurilândia	Edival Goulart Quirino	99890-1411
16 a 19.6.2022	PJ de Batayporã	Murilo Hamati Gonçalves	99241-5600
25 e 26.6.2022	PJ de Anaurilândia	Edival Goulart Quirino	99890-1411
REGIÃO 4 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SIDROLÂNDIA E MARACAJU			
4 e 5.6.2022	1ª PJ de Maracaju	Simone Almada Goes	98478-2297
11 e 12.6.2022	1ª PJ de Sidrolândia	Daniele Borghetti Zampieri de Oliveira	98478-2106
16 a 19.6.2022	1ª PJ de Maracaju	Simone Almada Goes	98478-2297
25 e 26.6.2022	2ª PJ de Maracaju	Estéfano Rocha Rodrigues da Silva	98478-2041
REGIÃO 5 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SETE QUEDAS, IGUATEMI, ELDORADO E MUNDO NOVO			
3 a 5.6.2022	PJ de Sete Quedas	Mayara Santos de Sousa	99119-0653
11 e 12.6.2022	PJ de Eldorado	Fabio Adalberto Cardoso de Moraes	99312-6538
16 a 19.6.2022	2ª PJ de Mundo Novo	Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior	99977-4355
25 e 26.6.2022	PJ de Iguatemi	Andre Luiz de Godoy Marques	99144-2018
REGIÃO 6 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CAARAPÓ, NAVIRAÍ E ITAQUIRAÍ			
4 e 5.6.2022	1ª PJ de Naviraí	Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto	98462-9219
11 e 12.6.2022	3ª PJ de Naviraí	Leticia Rossana Pereira Ferreira Berto de Almada	98121-1881
16 a 19.6.2022	4ª PJ de Naviraí	Juliana Martins Zaupa	99825-9158
25 e 26.6.2022	3ª PJ de Naviraí	Leticia Rossana Pereira Ferreira Berto de Almada	98121-1881
REGIÃO 7 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AMAMBAL, CORONEL SAPUCAIA E PONTA PORÃ			
4 e 5.6.2022	3ª PJ de Ponta Porã	Gisleine Dal Bó	99965-5105
11 e 12.6.2022	4ª PJ de Ponta Porã	Thiago Bonfatti Martins	99933-9978
16 e 17.6.2022	3ª PJ de Ponta Porã	Gisleine Dal Bó	99965-5105
18 e 19.6.2022	1ª PJ de Ponta Porã	Gabriel da Costa Rodrigues Alves	98108-2131
25 e 26.6.2022	5ª PJ de Ponta Porã	Magno Oliveira João	99825-7430
REGIÃO 8 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AQUIDAUANA, MIRANDA, TERENOS, ANASTÁCIO E DOIS IRMÃOS DO BURITI			
4 e 5.6.2022	PJ de Terenos	Eduardo de Araujo Portes Guedes	99933-2073
11 e 12.6.2022	PJ de Dois Irmãos do Buriti	Marcos Martins de Brito	99825-0713
16 a 19.6.2022	PJ de Dois Irmãos do Buriti	Marcos Martins de Brito	99825-0713
25 e 26.6.2022	1ª PJ de Aquidauana	Angelica de Andrade Arruda	99976-5554
REGIÃO 9 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIO VERDE DE MATO GROSSO, COXIM, PEDRO GOMES E SONORA			
4 e 5.6.2022	1ª PJ de Coxim	Marcos André Sant'Ana Cardoso	99933-7533
11 e 12.6.2022	1ª PJ de Coxim	Marcos André Sant'Ana Cardoso	99933-7533



16 a 19.6.2022	PJ de Rio Verde de Mato Grosso	Matheus Carim Buckner	99922-8507
25 e 26.6.2022	3ª PJ de Coxim	Victor Leonardo de Miranda Taveira	99933-4292
REGIÃO 10 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE COSTA RICA, CHAPADÃO DO SUL E CASSILÂNDIA			
4 e 5.6.2022	2ª PJ de Cassilândia	Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro	99933-3517
11 e 12.6.2022	1ª PJ de Chapadão do Sul	Matheus Macedo Cartapatti	99677-3534
16 a 19.6.2022	3ª PJ de Paranaíba	Leonardo Dumont Palmerston	98478-2050
25 e 26.6.2022	2ª PJ de Chapadão do Sul	Fernanda Proença de Azambuja	99831-0396
REGIÃO 11 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE PARANAÍBA, INOCÊNCIA E APARECIDA DO TABOADO			
4 e 5.6.2022	2ª PJ de Paranaíba	Ronaldo Vieira Francisco	98478-2379
11 e 12.6.2022	1ª PJ de Paranaíba	Juliana Nonato	98478-2419
16 a 19.6.2022	1ª PJ de Aparecida do Taboado	Oscar de Almeida Bessa Filho	98478-1495
25 e 26.6.2022	3ª PJ de Paranaíba	Leonardo Dumont Palmerston	98478-2050
REGIÃO 12 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIBAS DO RIO PARDO, ÁGUA CLARA, BRASILÂNDIA E BATAGUASSU			
4 e 5.6.2022	2ª PJ de Bataguassu	Edival Goulart Quirino	99967-8080
11 e 12.6.2022	1ª PJ de Bataguassu	Patrícia Almirão Padovan	99985-9192
16 a 19.6.2022	PJ de Brasilândia	Adriano Barrozo da Silva	99312-3965
25 e 26.6.2022	PJ de Ribas do Rio Pardo	George Zarour Cezar	99933-6774
REGIÃO 13 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE BANDEIRANTES, SÃO GABRIEL DO OESTE, CAMAPUÃ E RIO NEGRO			
4 e 5.6.2022	2ª PJ de Camapuã	Douglas Silva Teixeira	98478-2036
11 e 12.6.2022	PJ de Bandeirantes	Gustavo Henrique Bertocco de Souza	99312-6077
16 a 19.6.2022	1ª PJ de Camapuã	Douglas Silva Teixeira	98478-2036
25 e 26.6.2022	1ª PJ de São Gabriel do Oeste	Daniel Higa de Oliveira	99906-0123
REGIÃO 14 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NIOAQUE, JARDIM, BONITO, PORTO MURTINHO E BELA VISTA			
4 e 5.6.2022	1ª PJ de Jardim	Allan Carlos Cobacho do Prado	99982-4518
11 e 12.6.2022	2ª PJ de Jardim	Lia Paim Lima	99825-0142
16 a 19.6.2022	PJ de Nioaque	Mariana Sleiman Gomes	99312-5869
25 e 26.6.2022	2ª PJ de Bonito	Alexandre Estuqui Junior	98478-2070

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-571/2022/PGJ, DE 30.5.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Procurador(a) de Justiça Silvio Cesar Maluf, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2019/2020	10	20 a 29.6.2022	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2479/2022-PGJ, DE 26.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Estabelecer a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Corumbá, referente ao mês de junho de 2022, nos termos dos artigos 1º e 4º da Resolução nº 19/2012-PGJ, de 5.6.2012, conforme segue:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA (TEL. DO PLANTÃO: 99603-9203)
25.5 (19h01min) a 1º.6.2022 (11h59min)	7ª	Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina
1º (19h01min) a 8.6.2022 (11h59min)	3ª	Rodrigo Correa Amaro
8 (19h01min) a 15.6.2022 (11h59min)	1ª	Viviane Zuffo Vargas Amaro
15 (19h01min) a 22.6.2022 (11h59min)	4ª	Guilherme Pereira Diniz Penna
22 (19h01min) a 29.6.2022 (11h59min)	6ª	Pedro de Oliveira Magalhães

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2480/2022-PGJ, DE 26.5.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Estabelecer a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Três Lagoas, referente ao mês de junho de 2022, nos termos dos artigos 1º e 4º da Resolução nº 19/2012-PGJ, de 5.6.2012, conforme segue:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO (99312-5218)
25.5 (19h01min) a 1º.6.2022 (11h59min)	8ª	Moisés Casarotto	99933-0622
1º (19h01min) a 8.6.2022 (11h59min)	1ª	Antonio Carlos Garcia de Oliveira	99965-4987
8 (19h01min) a 15.6.2022 (11h59min)	2ª	Fernando Marcelo Peixoto Lanza	98147-1152
14 (19h01min) a 22.6.2022 (11h59min)	5ª	Daniela Araujo Lima da Silva	98116-4569
22 (19h01min) a 29.6.2022 (11h59min)	5ª	Daniela Araujo Lima da Silva	98116-4569

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2487/2022-PGJ, DE 26.5.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça William Marra Silva Junior 1 (um) dia de compensação no dia 15.6.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no dia 7.11.2021, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2488/2022-PGJ, DE 26.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Tiago Di Giulio Freire 1 (um) dia de férias compensatórias no dia 30.5.2022, referentes ao feriado forense de 20.12.2011 a 6.1.2012, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2489/2022-PGJ, DE 26.5.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Tiago Di Giulio Freire 3 (três) dias de compensação no período de 25 a 27.5.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos períodos de 3 a 9.7.2019 e 24 a 30.7.2019, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2493/2022-PGJ, DE 26.5.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “f”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 45ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Érica Rocha Espindola, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 7ª Vara do Juizado Especial Central (2) da referida Comarca no dia 19.5.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-572/2022/PGJ, DE 30.5.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder férias e a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Cristina Beraldo de Andrade, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140, e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	10	1 a 10.8.2022	ABONO	NÃO
2021/2022	19	28.11 a 16.12.2022	GOZO	SIM

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2494/2022-PGJ, DE 26.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Substituta Mayara Santos de Sousa para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências do Juizado Especial Adjunto da comarca de Aparecida do Taboado no dia 25.5.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2441/2022-PGJ, DE 25.5.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 10 (dez) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Alexandre Estuqui Junior, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, que seriam usufruídos no período de 25.7 a 3.8.2022, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2022.00004824-4).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2495/2022-PGJ, DE 26.5.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves 2 (dois) dias de férias compensatórias nos dias 26 e 27.5.2022, referentes ao feriado forense de 20.12.2020 a 6.1.2021, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2498/2022-PGJ, DE 26.5.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 58ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Paula da Silva Volpe, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 2ª Vara de Execução Penal da referida Comarca nos dias 5.5, 2 e 14.6.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2490/2022-PGJ, DE 26.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Plínio Alessi Junior 5 (cinco) dias de compensação no período de 11 a 15.7.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos períodos de 19 a 26.10.2020, 7 a 14.12.2020 e 22.2 a 1º.3.2021, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2499/2022-PGJ, DE 26.5.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 1º Promotor de Justiça de Ponta Porã, Gabriel da Costa Rodrigues Alves, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Mundo Novo no dia 1º.6.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-573/2022/PGJ, DE 30.5.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Procurador(a) de Justiça Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2019/2020	10	1 a 10.7.2022	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2501/2022-PGJ, DE 26.5.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº e-1267/2021-PGJ, de 29.10.2021, na parte que concedeu à Promotora de Justiça Emy Louise Souza de Almeida Albertini férias regulamentares que seriam usufruídas no período de 4 a 13.7.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2442/2022-PGJ, DE 25.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares à Promotora de Justiça Cristiane Mourão Leal Santos, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, que seriam usufruídos no período de 25.7 a 13.8.2022, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2022.00004728-9).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2502/2022-PGJ, DE 26.5.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar os Promotores de Justiça Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto e Alexandre Estuqui Junior para participarem do “Programa de Negociação de Soluções Consensuais do Conselho Nacional do Ministério Público – com *Newgotiation* para resolução de conflitos ambientais”, nos dias 30 e 31.5 e 7.6.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2507/2022-PGJ, DE 26.5.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 58ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Paula da Silva Volpe, para, sem prejuízo de suas funções, participar das audiências na 2ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da referida Comarca, em regime de mutirão, nos dias 1º.6 e 6.7.2022, nos termos da Resolução nº 23/2021-PGJ, de 23.6.2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-574/2022-PGJ, DE 30.5.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Gerson Eduardo de Araújo, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	10	1 a 10.8.2022	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2456/2022-PGJ, DE 25.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Substituto Andre Luiz de Godoy Marques, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, que seriam usufruídos no período de 3 a 22.10.2022, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2022.00004809-9).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2491/2022-PGJ, DE 26.5.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Belmires Soles Ribeiro 15 (quinze) dias de férias compensatórias no período de 19.9 a 3.10.2022, referentes aos recessos forenses de 22 a 31.12.2000 e 22 a 31.12.2003, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2492/2022-PGJ, DE 26.5.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Daniel Higa de Oliveira 2 (dois) dias de compensação nos dias 26 e 27.5.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 22 a 26.2.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2508/2022-PGJ, DE 26.5.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Substituto Thiago Barile Galvão de França para, sem prejuízo de suas funções, participar das audiências na 2ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da comarca de Campo Grande, em regime de mutirão, no dia 22.6.2022, nos termos da Resolução nº 23/2021-PGJ, de 23.6.2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2436/2022-PGJ, DE 25.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 10 (dez) dias de férias regulamentares ao Procurador de Justiça Evaldo Borges Rodrigues da Costa, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, que seriam usufruídos no período de 1º a 10.8.2022, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2022.00004585-8).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-575/2022-PGJ, DE 30.5.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Talita Zoccolaro Papa Muritiba, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2020/2021	10	1 a 10.8.2022	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2509/2022-PGJ, DE 26.5.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “P” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 2º Promotor de Justiça de Três Lagoas, Fernando Marcelo Peixoto Lanza, para, sem prejuízo de suas funções, participar das audiências na 2ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da comarca de Campo Grande, em regime de mutirão, no dia 29.6.2022, nos termos da Resolução nº 23/2021-PGJ, de 23.6.2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2532/2022-PGJ, DE 27.5.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Candy Hiroki Cruz Marques Moreira 2 (dois) dias de férias compensatórias nos dias 14 e 15.6.2022, referentes ao recesso forense de 22 a 31.12.1996 e ao feriado forense de 20.12.2011 a 6.1.2012, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2535/2022-PGJ, DE 27.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Substituta Janaina Scopel Bonatto 3 (três) dias de compensação no período de 13 a 15.6.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos dias 11 e 12.12.2021 e no período de 7 a 9.1.2022, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2553/2022-PGJ, DE 30.5.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os Promotores de Justiça Moisés Casarotto, Eduardo de Araujo Portes Guedes e Felipe Almeida Marques para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvarem os Procedimentos Investigatórios Criminais nº 06.2018.00000206-8 e 06.2019.00000256-1, em trâmite perante a 1ª Promotoria de Justiça de Ribas do Rio Pardo.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2555/2022-PGJ, DE 30.5.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Adriano Barrozo da Silva, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 41ª Zona Eleitoral no período de 15.6.2022 a 31.10.2023; e tornar sem efeito a Portaria nº 2415/2022-PGJ, de 25.5.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2559/2022-PGJ, DE 30.5.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Convocar os membros do Ministério Público Estadual que atuam na área eleitoral para participarem do curso “Direito Eleitoral 2022”, no dia 3 de junho de 2022, das 8h às 12h e das 14h às 18h, no Auditório Dr. Nereu Aristides Marques, na sede do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, na Rua Pres. Manuel Ferraz de Campos Salles, nº 214, Jardim Veraneio, em Campo Grande, desde que não haja qualquer prejuízo à continuidade dos trabalhos afetos às respectivas unidades de serviço.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-576/2022/PGJ, DE 30.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Tiago Di Giulio Freire, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	10	8 a 17.8.2022	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2513/2022-PGJ, DE 27.5.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares à Promotora de Justiça Tathiana Correa Pereira da Silva, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, que seriam usufruídos no período de 11 a 30.7.2022, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2022.00004825-5).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2560/2022-PGJ, DE 30.5.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 1ª Promotora de Justiça de Aquidauana, Angelica de Andrade Arruda, para, sem prejuízo de suas funções, atuar na audiência dos autos nº 0004022-23.2016.8.12.0005, em trâmite na Vara Criminal da referida Comarca, no dia 27.5.2022, às 15h15min.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2564/2022-PGJ, DE 30.5.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 2º Promotor de Justiça de Aquidauana, José Maurício de Albuquerque, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências dos autos nº 0003824-78.2019.8.12.0005 e 0000055-28.2020.8.12.0005, em trâmite na Vara Criminal da referida Comarca, no dia 25.5.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2561/2022-PGJ, DE 30.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Incluir na Portaria nº 5375/2021-PGJ, de 13.12.2021, que estabeleceu a Escala de Plantão do Apoio da Procuradoria-Geral de Justiça, dos Núcleos de Centro de Apoio Operacional e do Gabinete do PGJ, integrada pelos Promotores de Justiça designados para a Assessoria Especial, o Centro de Pesquisa, Análise, Difusão e Segurança da Informação, os Núcleos de Centro de Apoio Operacional, a Secretaria-Geral e a Chefia de Gabinete do PGJ, referente ao 1º semestre de 2022, as seguintes informações:

PERÍODO DE PLANTÃO	PROMOTORES DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
30.5 (19h01min) a 6.6.2022 (11h59min)	Ricardo de Melo Alves	98478-2407

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2562/2022-PGJ, DE 30.5.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 63º Promotor de Justiça de Campo Grande, Ricardo Benito Crepaldi, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências na 2ª Vara de Execução Penal da referida Comarca no dia 31.5.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2434/2022-PGJ, DE 25.5.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 2752/2021-PGJ, de 23.7.2021, na parte que designou servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como fiscais do Contrato nº 137/PGJ/2021, de forma que, onde consta: “2) Fiscal Administrativo/Requisitante – Jair Junqueira da Cunha, Técnico II; 2.1) Suplente – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar”, passe a constar: “2) Fiscal Administrativo/Requisitante – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 2.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais” (Processo PGJ/10/0774/2021).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-577/2022/PGJ, DE 30.5.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Cristiane Barreto Nogueira, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2019/2020	16	8 a 23.9.2022	GOZO	SIM
2019/2020	14	6 a 19.12.2022	GOZO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2437/2022-PGJ, DE 25.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do convênio decorrente do Processo nº 09.2022.00003272-0, conforme segue: 1) Gestor – Wellington Gradella Marthos, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas; 1.1) Suplente – Christiane de Oliveira Landgraf Pinto, Chefe do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas; 2) Fiscal – Greyce Kelly Gomes Santiago, Técnica I; 2.1) Suplente – Augusto Aparecido Ribeiro Colato, Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2457/2022-PGJ, DE 26.5.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 75/PGJ/2022, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 1.1) Suplente – Elias Vitorino Filho, Auxiliar; 2) Fiscal Administrativa – Vivian Severino da Silva Ribeiro, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnica I; 3) Fiscal Técnico – Celestino Figueiredo Cristaldo, Chefe do Núcleo de Controle de Conservação do Patrimônio Permanente; 3.1) Suplente – Ezequiel Joaquim da Costa, Técnico I (PGA nº 09.2022.00004534-7).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-611/2022/PGJ, DE 30.5.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Matheus Macedo Cartapatti, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	10	1 a 10.7.2022	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 2408/2022-PGJ, DE 24.5.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Paulo Roberto da Silva, Técnico I, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Gestão de Pessoas nos dias 20 e 23.5.2022, em razão de licença do titular, Augusto Aparecido Ribeiro Colato.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 2496/2022-PGJ, DE 26.5.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020, bem como o artigo 16, inciso I, da Resolução nº 31/2018-PGJ, de 7.12.2018,

R E S O L V E :

Autorizar ao servidor Osni Antonio Butzhy Andrade Netto, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 65ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, a prestação de suas atribuições fora do órgão originário de lotação, nas dependências do Ministério Público Estadual na comarca de Costa Rica, na modalidade de teletrabalho, no período de 1º.6.2022 a 31.5.2023, nos termos dos artigos 1º, § 1º; 4º; 9º, §§ 1º e 5º, IV; 10 e 13 da Resolução nº 31/2018-PGJ, de 7.12.2018 (PGA nº 09.2022.00004129-5).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 2526/2022-PGJ, DE 27.5.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Alexandra Secco de Almeida Silva, ocupante do cargo efetivo de Técnica II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Mundo Novo, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na Promotoria de Justiça da comarca de Eldorado, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, no período de 23 a 27.5.2022, em razão de licença para tratamento de saúde da servidora Cristiane Aparecida Cazeiro, Técnica I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 2527/2022-PGJ, DE 27.5.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Thiago Falcão Ricartes, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 1ª Promotoria de Justiça de Naviraí, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca nos dias 19 e 20.5.2022 e no período de 23.5 a 3.6.2022, em razão de licença para tratamento de saúde da servidora Fabiana Lopes da Silva, Assessora Jurídica.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 2512/2022-PGJ, DE 27.5.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Claudio de Jesus Duarte Ferreira, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar/Motorista, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Paranaíba, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Promotoria de Justiça da comarca de Inocência, a partir de maio/2022, até ulterior deliberação.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 2418/2022-PGJ, DE 25.5.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas à servidora Daniela Saab Nogueira por meio da Portaria nº 1096/2021-PGJ, de 30.3.2021, com redação dada pela Portaria nº 535/2022-PGJ, de 7.2.2022, que seriam usufruídas no período de 2 a 11.5.2022, a serem usufruídas no período de 6 a 15.6.2022, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 2419/2022-PGJ, DE 25.5.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas ao servidor Karl Frederick Alecksander Phillip de Figueiredo Rocha por meio da Portaria nº e-248/2021-PGJ, de 13.4.2021, com redação dada pela Portaria nº e-335/2022-PGJ, de 18.4.2022, que seriam usufruídas no período de 23.5 a 1º.6.2022, a serem usufruídas no período de 14 a 23.9.2022, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 2428/2022-PGJ, DE 25.5.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas ao servidor Otávio Jamal Urt por meio da Portaria nº 2302/2021-PGJ, de 29.6.2021, com redação dada pela Portaria nº 525/2022-PGJ, de 7.2.2022, que seriam usufruídas no período de 20 a 29.6.2022, a serem usufruídas no período de 20 a 29.6.2023, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 2432/2022-PGJ, DE 25.5.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 9.5.2022, as férias do servidor Lucas Ramos da Costa concedidas por meio da Portaria nº e-102/2022-PGJ, de 4.2.2022, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 20.6 a 2.7.2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 2443/2022-PGJ, DE 25.5.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias regulamentares à servidora Maria Eugênia Gomes Antello Abud, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas nos períodos de 18 a 27.10.2022 e de 10 a 19.4.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 1º a 10.7.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, e do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 2497/2022-PGJ, DE 26.5.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5 de maio de 2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Luisa de Marilac Silva Cordeiro Almeida, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, licença para o trato de interesse particular, pelo prazo de 3 (três) anos, a partir de 24.5.2022, nos termos dos artigos 130, inciso IX, e 154, § 3º, da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, e ainda dos artigos 6º, inciso II, 28, § 3º, e 82, inciso IX, da Lei nº 3.150, de 22.12.2005 (PGA nº 09.2022.00002275-4).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 2510/2022-PGJ, DE 26.5.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas ao servidor Vítor Avila Barsotti por meio da Portaria nº e-1490/2021-PGJ, de 18.11.2021, que seriam usufruídas no período de 1º a 10.7.2022, a serem usufruídas no período de 7 a 16.12.2022, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 2511/2022-PGJ, DE 26.5.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas ao servidor Patrick Arruda Santana por meio da Portaria nº e-179/2021-PGJ, de 15.3.2021, com redação dada pela Portaria nº e-242/2022-PGJ, de 14.3.2022, que seriam usufruídas no período de 20 a 29.6.2022, a serem usufruídas no período de 11 a 20.7.2022, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 2515/2022-PGJ, DE 27.5.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Cristhiane Bergmaier por meio da Portaria nº e-661/2021-PGJ, de 17.6.2021, e suas alterações, que seriam usufruídas no período de 4 a 13.7.2022, a serem usufruídas no período de 20 a 29.7.2022, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 2516/2022-PGJ, DE 27.5.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas ao servidor Gabriel Damião Amaral Silveira por meio da Portaria nº e-1169/2021-PGJ, de 6.10.2021, que seriam usufruídas no período de 19 a 28.10.2022, a serem usufruídas no período de 14 a 23.6.2022, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 2519/2022-PGJ, DE 27.5.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias regulamentares à servidora Isabela Ramos Frutuoso Delmondes, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas nos períodos de 31.5 a 9.6.2022 e de 12 a 21.9.2022, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 10 a 19.6.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, e do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 2522/2022-PGJ, DE 27.5.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-454/2022-PGJ, de 13.5.2022, que concedeu férias ao servidor Geovani Lopes Marques, de forma que, onde consta “de 27.7 a 15.8.2022”, passe a constar “de 23.5 a 1º.6.2022 e de 27.7 a 5.8.2022”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 2523/2022-PGJ, DE 27.5.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas à servidora Elaine Teresinha Bordão por meio da Portaria nº e-1462/2021-PGJ, de 12.11.2021, que seriam usufruídas no período de 18 a 27.7.2022, a serem usufruídas no período de 16 a 25.11.2022, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 2524/2022-PGJ, DE 27.5.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas ao servidor Jose da Cruz Soares por meio da Portaria nº e-283/2022-PGJ, de 18.3.2022, que seriam usufruídas no período de 6 a 15.6.2022, a serem usufruídas no período de 11 a 20.7.2022, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 2585/2022-PGJ, DE 30.5.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas à servidora Caroline Pires Aquino por meio da Portaria nº e-301/2022-PGJ, de 21.3.2022, que seriam usufruídas no período de 3 a 12.11.2022, a serem usufruídas no período de 11 a 20.7.2022, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 2582/2022-PGJ, DE 30.5.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias regulamentares à servidora Daniela Saab Nogueira, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas no período de 8 a 27.7.2022, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 9 a 18.1.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, e do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 2584/2022-PGJ, DE 30.5.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas ao servidor João Antonio Billó por meio da Portaria nº e-1262/2021-PGJ, de 28.10.2021, que seriam usufruídas no período de 11 a 20.7.2022, a serem usufruídas no período de 15 a 24.8.2022, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

PAUTA PARA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 7 JUNHO DE 2022, ÀS 14 HORAS, PRESENCIAL OU POR TELECONFERÊNCIA.

2. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00005147-1

Expediente: Aviso nº 4/2022/CPJ, de 24.5.2022, publicado no DOMPMS nº 2.673, de 25.5.2022.

Assunto: Eleição para Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, biênio 2022/2024.

Inscrito para Corregedor-Geral do MP: Procurador de Justiça Silvio Cesar Maluf.

Comissão Eleitoral: Procuradores de Justiça Hudson Shiguer Kinashi, Irma Vieira de Santana e Anzoategui, Nilza Gomes da Silva e Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

**CONSELHO SUPERIOR**

PAUTA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 7 DE JUNHO DE 2022, ÀS 16 HORAS, PRESENCIAL OU POR TELECONFERÊNCIA.

6.1. Expediente encaminhado para ciência:**1. Corregedoria-Geral do Ministério Público:**

- **Ofício nº 0481/2022/CGMP/MS**, de 19.5.2022, o Corregedor-Geral do MP encaminha decisão de arquivamento da Reclamação Disciplinar nº 10.2022.00000040-4, em atenção ao disposto no artigo 164, § 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 72/94. (*Protocolo Unificado nº 02.2022.00053745-4*)

6.2. Expediente encaminhado para apreciação:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:**

- **Ofício nº 0001/2022/PJE/NVR**, de 11.5.2022.

7. Ordem do dia:**7.1. Matéria Administrativa:****7.1.1. Promoções:****1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00005046-1**

Expediente: Aviso nº 22/2022/CSMP, 18.5.2022, publicado no DOMPMS nº 2.669, de 19.5.2022.

Assunto: Promoção pelo critério de merecimento para a 36ª Procuradoria de Justiça Cível, segunda instância.

Inscritos: Promotores de Justiça Marcos Fernandes Sisti, Clóvis Amauri Smaniotto, Silvio Amaral Nogueira de Lima, Vera Aparecida Bogalho Frost Vieira, José Aparecido Rigato, Christiane de Alencar, Luciana Moreira Schenk, José Antonio Alencar, Renzo Siufi, Reynaldo Hilst Mattar e Emy Louise Souza de Almeida Albertini.

Relator-Conselheiro: Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

2. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00005048-3

Expediente: Aviso nº 23/2022/CSMP, 18.5.2022, publicado no DOMPMS nº 2.669, de 19.5.2022.

Assunto: Transferência e promoção, pelo critério de antiguidade, para a 4ª Procuradoria de Justiça Criminal, segunda instância.

Inscritos para transferência: Não houve.

Inscritos para promoção: Promotores de Justiça Marcos Fernandes Sisti, Clóvis Amauri Smaniotto, Christiane de Alencar e Reynaldo Hilst Mattar.

7.2. Julgamento de processo:**1. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2021.00008967-5 – SIGILOS**

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Relator-Conselheiro: Gerardo Eriberto de Moraes

DELIBERAÇÃO PROFERIDA PELO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, NA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 24 DE MAIO DE 2022.

6. Ordem do dia:**6.1. Matéria Administrativa:****6.1.1. Expediente:**

Ofício nº 0012/2022/ASSEP2/PGJ, de 2 de maio de 2022. A Promotora de Justiça Ludmila de Paula Castro Silva, em obediência ao artigo 8º, incisos II e III, da Resolução nº 001/2016-CSMP, apresenta os documentos pertinentes, conforme abaixo relacionados, à finalização do procedimento distribuído sob n. 09.2019.00001545-6, que trata de pedido



de licença para frequentar Curso de Doutorado em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo. **I)** Diploma assinado pelo Reitor da Universidade de São Paulo que confere o título de Doutora em Ciências, obtido em 04 de outubro de 2021, no Programa: Direito, Área de Concentração: Direito do Estado emitido pela Universidade de São Paulo; **II)** Ficha do Aluno do Curso de Doutorado da Universidade de São Paulo, constando o cumprimento de todos os créditos e obtenção do conceito "A" em todas as disciplinas cursadas; **III)** Ata de Defesa da Tese apresentada no dia 4 de outubro de 2021, contendo a anotação de aprovação com louvor, para obtenção do título de Doutora; **IV)** Certificado de Defesa da Tese, constando a conclusão de que a aluna faz jus ao título de Doutora em Ciências - Área: Direito do Estado, tendo sido a ata da Comissão Julgadora homologado pela Comissão de Pós-Graduação, em 13 de outubro de 2021; **V)** Via integral da Tese de Doutorado, intitulada "A cooperação jurídica internacional em matéria de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual sob a perspectiva do Brasil", defendida e aprovada pela Comissão Julgadora; **VI)** Curriculum Lattes atualizado.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, tomou ciência dos documentos acima relacionados.

6.1.2. Promoção:

1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00003717-0.

Expediente: Aviso nº 14/2022/CSMP, de 13.4.2022, publicado no DOMPMS nº 2.648, em 18.4.2022.

Assunto: Promoção, pelo critério de merecimento, para a 54ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, entrância especial.

Relatora-Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, indicou os Promotores de Justiça Oscar de Almeida Bessa Filho, Estéfano Rocha Rodrigues da Silva e Simone Almada Góes para compor a lista tríplice para promoção pelo critério de merecimento para a 54ª Promotoria de Justiça da comarca da Campo Grande, entrância especial, nos termos do voto da Relatora.

Campo Grande, 31 de maio de 2022.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP

AVISO Nº 37/2022/SCSMP

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias querendo, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados:

1) Inquérito Civil nº 06.2015.00000102-4 - Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Brasilândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Associação Beneficente Dr. Júlio Cesar Paulino Maia e o município de Brasilândia - Assunto: Apurar risco à saúde pública ao município de Brasilândia em razão da desorganização financeira-administrativa do Hospital administrado pela Associação Beneficente Dr. Júlio César Paulino Maia.

2) Inquérito Civil nº 06.2015.00000283-4 - 11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Dourados - Assunto: Apurar notícia indicativa de eventual ilícito ambiental consistente em mau cheiro expedido do córrego Rego D'água, localizado na Avenida Liberdade, Jardim Londrina, em Dourados/MS, em razão de despejo de esgoto sanitário a céu aberto, ocasionando incômodo a população.

3) Inquérito Civil nº 06.2017.00000633-8 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Francisco Emanuel Albuquerque Costa, Secretário de Educação de Bela Vista, Secretário de Administração do Município de Bela Vista - Assunto: Apurar prática de improbidade administrativa dos Secretários de Educação e de Administração, bem como do Prefeito de Bela Vista na gestão de Francisco Emanuel Albuquerque Costa (Chico Maia), em razão do dano ao erário consistente no abandono e depredação de prédio público, CEIM Irmã Angelina, localizado na Rua Pedro Ferreira de Alencastro.

4) Inquérito Civil nº 06.2017.00001895-6 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fazenda Serro Porã, Mauro Correa Lima - Assunto: Apurar a regularidade ambiental da Fazenda Serro Porã, localizada no município de Bodoquena-MS, bem como a ocorrência de desmatamento irregular na área. **Advogado: Marcelo Fernandes de Carvalho, OAB/MS 8.547.**



- 5) Inquérito Civil nº 06.2018.00000902-8** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Câmara Municipal de Bela Vista/MS - Assunto: Apurar possíveis irregularidades na utilização das verbas repassadas para a Câmara Municipal de Bela Vista/MS, (Manifestação: 11.2015.00001596-1). (IC nº 61/2015, migrado para o SAJMP).
- 6) Inquérito Civil nº 06.2018.00000974-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Prefeitura Municipal de Bela Vista/MS - Assunto: Apurar suposto favorecimento à Empresa Sócrates Ricarde Gonçalves - ME, em Licitação da Prefeitura Municipal de Bela Vista/MS. (IC nº 37/2015, migrado para o SAJMP).
- 7) Inquérito Civil nº 06.2018.00001004-6** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Deodápolis - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Aurélio Rolim Rocha e Nilton Rocha Filho - Assunto: Apurar eventual dano ao meio ambiente decorrente de desmatamento irregulares na propriedade denominada Fazenda Annalu, de propriedade de Nilton Rocha Filho, localizada em Deodápolis/MS, conforme Parecer nº 158/16/NUGEO - Projeto Rio Dourados. **Advogado: Gervásio Alves de Oliveira Neto, OAB/MS nº 21.682-A.**
- 8) Inquérito Civil nº 06.2018.00001594-1** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: José Roberto Antunes Strang - Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Boa Sorte de propriedade de José Roberto Antunes Strang, as margens do Rio Apa.
- 9) Inquérito Civil nº 06.2018.00003225-1** - Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Iguatemi - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente de Tacuru/MS - Assunto: Apurar as razões e responsabilidades pelo déficit de vagas na educação infantil em Tacuru/MS.
- 10) Inquérito Civil nº 06.2020.00000123-0 (Sigiloso)** - 17ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Dourados.
- 11) Inquérito Civil nº 06.2020.00000124-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda - Requerentes: Polícia Militar Ambiental e o Ministério Público Estadual - Requerido: Rubens Lima Sortica dos Santos - Assunto: Apurar ocorrência de irregularidades ambientais na Fazenda Gaúcha, de propriedade de Rubens Lima Sortica dos Santos. **Advogado: Jean Henry Costa de Azambuja, OAB/MS nº 12.732.**
- 12) Inquérito Civil nº 06.2020.00000195-1 (Sigiloso)** - Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Sonora. **Advogado: Luiz Eduardo Ferreira da Silva, OAB/MS nº 21.107.**
- 13) Inquérito Civil nº 06.2020.00000251-7** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Leonel Vargas Rondon - Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel rural de matrícula nº 14.781, com área de 160,5089 ha, de propriedade de Leonel Vargas Rondon, abrangido pelo Diagnóstico Ambiental das Propriedades que margeiam o Rio Apa.
- 14) Inquérito Civil nº 06.2020.00000437-0** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaquiraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: ABI Associação Beneficente de Itaquiraí e Hospital São Francisco - Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação de prestação de serviços de exames na saúde municipal de Itaquiraí.
- 15) Inquérito Civil nº 06.2020.00001044-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Estância Portal de Miranda Agropecuária Ltda. - Assunto: Apurar desmatamento possivelmente ilegal de 17,80 hectares de vegetação nativa em áreas de Savana arborizada sem floresta-de-galeria, Savana Florestada e Áreas antrópicas Pecuária Pastagem plantada na região de Savana, na Estância Portal do Miranda, no município de Miranda/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer 61/20/NUGEO (Programa DNA Ambiental - 2019).
- 16) Inquérito Civil nº 06.2021.00000986-9** - 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Três Lagoas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Notícia recebida informando sobre eventual irregularidade nos postos de combustíveis de Três Lagoas. revenda dos combustíveis fora dos padrões de qualidade. **Advogada: Victória Helena M. Carraro, OAB/MS nº 25.048 (CARRARO & BARROS Advogados Associados) e Walter José Martins Galenti, OAB/SP nº 173.827 (Galenti Advogados Associados).**
- 17) Inquérito Civil nº 06.2021.00001043-2** - 7ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas - Requerentes: Ministério Público Estadual e Nelson Aparecido dos Santos - Requerido: Município de Selvíria - Assunto: Apurar eventual ilegalidade no pregão presencial 46/2017 gerenciado pela Prefeitura de Selvíria, com indevida troca de motor de ônibus na execução do respectivo contrato.
- 18) Inquérito Civil nº 06.2021.00001156-4** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Clarindo Santos Rezende, Fazenda Botafogo - Assunto: Apurar desmatamento possivelmente ilegal de 8,98 hectares de vegetação nativa, sendo está localizada em área proposta para constituição de Reserva Legal, desmatamento ocorrido na Fazenda Botafogo, em Caracol/MS, detectados pelo Parecer Nugeo nº 585/19. **Advogada: Janaina Bonomini P. Gonçalves, OAB/MS nº 13.137 (Pickler Advocacia Ambiental).**
- 19) Inquérito Civil nº 06.2021.00001237-4** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sete



Quedas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual irregularidade nos procedimentos licitatórios, modalidade pregão, para contratação de empresas para prestação de assessoria jurídica, assessoria contábil e serviços de implantação e locação de sistema de contabilidade pública, realizados pelo Poder Legislativo do Município de Paranhos/MS.

20) Inquérito Civil nº 06.2021.00001382-9 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fazenda São Marcos, Nelson Antunes de Souza - Assunto: Apurar existência de eventual degradação ambiental e/ou regularidade ambiental do imóvel rural denominado Fazenda São Marcos. (Operação Terra Lavada).

21) Inquérito Civil nº 06.2021.00001383-0 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fazenda Atlântica, Valmir Mariano de Almeida - Assunto: Apurar existência de eventual degradação ambiental e/ou regularidade ambiental do imóvel rural denominado Fazenda Atlântica. (Operação Terra Lavada).

22) Inquérito Civil nº 06.2022.00000161-5 - 43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Averiguar as condições de segurança do torcedor no Estádio Municipal Jacques da Luz Filho (Estádio das Moreninhas).

23) Inquérito Civil nº 06.2022.00000344-6 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Magid Thome Filho - EIRELI - Assunto: Apurar irregularidade jurídica-ambiental de 0,57 ha de vegetação nativa, situada entre a área de Preservação Permanente no Reservatório da UHE Porto Primavera, no município de Três Lagoas.

Campo Grande, 31 de maio de 2022.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/PGJ/2022

PROCESSO Nº 09.2022.00002768-2

UASG – 453860

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a **Homologação** do resultado e a regularidade da licitação **Pregão Eletrônico nº 12/PGJ/2022** (Processo nº 09.2022.00002768-2).

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de direito de uso temporário (subscrição) das licenças de *softwares* e serviços *Adobe Creative Cloud*, para uso em *design* gráfico, desenvolvimento *web* e edição de vídeo, com direito de atualização de versões por 36 (trinta e seis) meses, conforme condições contidas no Termo de Referência e seus adendos.

Vencedora: **Tecnetworking Serviços e Soluções em TI Ltda.**, para o Item 1 (único), no valor total de R\$ 209.741,00.

Campo Grande, 31 de maio de 2022.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS

Ordenadora de Despesa



COMISSÃO DE CONSTATAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE MATERIAL

EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS Nº 11/2022

Procedimento de Gestão Administrativa SAJ/MP nº 09.2022.00000442-3

Partes:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa

Donatário: Escola Estadual Sebastião Santana de Oliveira, representado por seu Diretor, Domingos da Luz Nogueira

Amparo legal: Resolução nº 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Data da assinatura: 1º de abril de 2022

Itens doados:

Nº DE ORDEM	DESCRIÇÃO DO BEM	QUANTIDADE
1	Armário	1
2	Armário alto fechado	1
3	Armário baixo 2 portas	2
4	Bebedouro elétrico	1
5	Gaveteiro	3
6	Estação de trabalho	1
7	Mesa para telefone	3
8	Mini Rack para impressora e computador	1
9	Quadro branco	1
10	Suporte para CPU	3
TOTAL DE ITENS		17

EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS Nº 14/2022

Procedimento de Gestão Administrativa SAJ/MP nº 09.2022.00000761-0

Partes:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa

Donatário: Escola Estadual Sebastião Santana de Oliveira, representado por seu Diretor, Domingos da Luz Nogueira

Amparo legal: Resolução nº 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Data da assinatura: 08 de abril de 2022

Itens doados:

Nº DE ORDEM	DESCRIÇÃO DOS BENS	QUANTIDADE
1	Poltrona	23
2	Cadeira	18
3	Câmera	1
4	Unidade de Processamento – CPU	3
5	Monitor LCD	4
6	Monitor de vídeo	2
7	Notebook	1
8	Ar-condicionado	2
TOTAL DE ITENS		54

**EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS Nº 29/2022**

Procedimento de Gestão Administrativa SAJ/MP nº 09.2022.00002896-0

Partes:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa

Donatário: Delegacia d Atendimento à Mulher de Dourados/MS, representado por sua Delegada, Paula Ribeiro dos Santos Oruê.

Amparo legal: Resolução nº 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Data da assinatura: 02 de maio de 2022.

Itens doados:

Nº DE ORDEM	DESCRIÇÃO DO BEM	QUANTIDADE
1	Armário	11
2	Gaveteiro	1
TOTAL DE ITENS		12

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 1/2022/67ªPJCG****Edital de Ciência de Eliminação de Documentos**

A 67ª Promotoria de Justiça de Campo Grande faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (DOMP), se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 1/2022/67ªPJCG, nos termos do disposto no art. 10 da Resolução nº 17/2022-PGJ, de 19 de abril de 2022. O prazo é de 5 (cinco) dias, contados da publicação no DOMP, para possíveis manifestações ou para possibilitar às partes interessadas requerer, a suas expensas, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças de processos ou expedientes, salvo as hipóteses de sigilo previstas em legislação específica.

Campo Grande, 26 de maio de 2022.

PAULO CÉSAR ZENI

Promotor de Justiça

Lista de Eliminação de Documentos nº 1/2022/67ªPJCG

PROVENIÊNCIA – 67ª Promotoria de Justiça de Campo Grande	PROCEDÊNCIA – 67ª Promotoria de Justiça de Campo Grande		
67ª Promotoria de Justiça de Campo Grande	67ª Promotoria de Justiça de Campo Grande		
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL			
200 – Notícia de Fato	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ. A referida lista foi aprovada pelo Promotor de Justiça Paulo César Zeni.	2013	2016
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Jader Silva de Melo Alves – Técnico II – Matrícula nº 801.260-1 Data do preenchimento: 26 de maio de 2022.			

**PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 09.2022.00005173-8**

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria de Estado de Saúde

PORTARIA 0010/2022/32PJ/CGR

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da 32.ª Promotoria de Justiça da Cidadania – Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, III, da Constituição Federal, artigo 132, III, da Constituição Federal Estadual, bem como ante as disposições contidas na Lei n.º 7.347/85 e, cumprindo o disposto no artigo 26, inciso VI, da Lei Federal n. 8.625/93 e artigo 27, IV, “a”, da Lei Complementar n. 072/94, e,

CONSIDERANDO que a Constituição Federal preconiza que: *“Art. 196. “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”*;

CONSIDERANDO que o artigo 197, também da Constituição Federal, estabelece que *“são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado”*;

CONSIDERANDO que a legislação sanitária insere no contexto de direito à saúde medidas que extrapolam o tratamento de doenças, dentre as quais se encontram as medidas preventivas de vigilância e prevenção. É o que diz a Lei n.º 8080/90: Art. 6º Estão incluídas ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS): I - a execução de ações: a) de vigilância sanitária; b) de vigilância epidemiológica; c) de saúde do trabalhador; e d) de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica; (...) VII - o controle e a fiscalização de serviços, produtos e substâncias de interesse para a saúde; VIII - a fiscalização e a inspeção de alimentos, água e bebidas para consumo humano;

CONSIDERANDO que as ações de combate à dengue estão previstas no Plano Nacional de Combate à Dengue (PNCD), o qual é pactuado entre os gestores municipais, estaduais e federais e conta com financiamento tripartite;

CONSIDERANDO que ao Sistema Único de Saúde compete, dentre outras atribuições, executar as ações de Vigilância Epidemiológica – Art. 200, II, da CF;

CONSIDERANDO que é competência da direção municipal do Sistema Único de Saúde executar serviços de Vigilância Epidemiológica – Art. 18, IV, letra “a”, da Lei Federal n.º 8.080/90;

CONSIDERANDO que se entende por Vigilância Epidemiológica um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes da saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos – Art. 6º, § 1º, da Lei Federal n.º 8.080/90;

CONSIDERANDO a necessidade de deflagrar a imediata intensificação das ações preconizadas no Programa Nacional de Controle da Dengue, em todos os eixos: fiscalização, vigilância epidemiológica, assistência, gestão, comunicação e mobilização, conforme art. 2º da Portaria SVS MS 29/2006;

CONSIDERANDO a Lei 13.301/2016 que dispõe sobre a adoção de medidas de vigilância em saúde quando verificada situação de iminente perigo à saúde pública pela presença do mosquito transmissor do vírus da dengue, do vírus chikungunya e do vírus da zika; e altera a Lei n.º 6.437, de 20 de agosto de 1977;

CONSIDERANDO que o último Informe Epidemiológico de Dengue da Secretaria de Estado da Saúde (SES), referente à situação epidemiológica de 2022, registrou um aumento na incidência de casos, em relação ao mesmo período de 2021;

CONSIDERANDO que a Lei n.º 8080/90 atribuiu competência aos Municípios para execução das ações de vigilância epidemiológica no art. 18 da Lei Federal n.º 8.080/90: *“Art. 18. À direção municipal do Sistema de Saúde (SUS)*



competes: I - planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde; II - participar do planejamento, programação e organização da rede regionalizada e hierarquizada do Sistema Único de Saúde (SUS), em articulação com sua direção estadual; III - participar da execução, controle e avaliação das ações referentes às condições e aos ambientes de trabalho; LV - executar serviços: de vigilância epidemiológica;”

CONSIDERANDO que igualmente a Portaria do Ministério da Saúde MS/GM nº 1172/2004, ao regulamentar as ações de vigilância epidemiológica, define as competências municipais estritamente de acordo com a Constituição Federal e a Lei Federal nº 8.080/90: Art. 3º- Compete aos municípios a gestão do componente municipal do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde, compreendendo as seguintes atividades: LX - captura de vetores e reservatórios, identificação e levantamento do índice de infestação; XI - ações de controle químico e biológico de vetores e de eliminação de criadouros; XXI - aquisição de equipamentos de proteção individual - EPI referentes aos uniformes, demais vestimentas e equipamentos necessários para a aplicação de inseticidas e biolarvicidas, além daqueles indicados para outras atividades da rotina de controle de vetores, definidas no Manual de Procedimentos de Segurança, publicado pelo Ministério da Saúde;

CONSIDERANDO a Portaria GM/MS nº. 1378/2013, que regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária;

CONSIDERANDO que a dengue, zika e chicungunya são doenças de notificação compulsória e como tal tem atenção especial do Poder Público, sendo obrigação da autoridade sanitária determinar a execução de medidas de controle e profilaxia da mencionada doença;

CONSIDERANDO a fundamental intervenção desta 32.ª Promotoria de Justiça da Saúde Pública, em face da necessidade de acompanhar os impactos negativos à saúde e o alto risco de morte ao qual se submete a população atingida pelo risco de epidemia de dengue, o Ministério Público, na tutela da saúde pública, se vê na obrigação de apurar quais medidas estão sendo adotadas/planejadas para o controle epidemiológico dentro do Município de Campo Grande;

CONSIDERANDO que a instauração do presente procedimento objetiva garantir o direito do cidadão ao efetivo serviço de vigilância epidemiológica, que deverá ser norteado pelo princípio da eficiência da Administração Pública, prevenindo as responsabilidades de natureza civil, administrativa e criminal, para a hipótese de explosão epidemiológica nesta Capital;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 005/CPJ/2012, de 13 de setembro de 2012, autorizou a instauração de PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO para acompanhamento de fiscalizações, de cunho permanente ou não, de instituições e de políticas públicas e *demais procedimentos não sujeitos a inquérito civil*;

CONSIDERANDO que a Resolução supracitada, aduz em seu art. 3º, II que “os órgãos de execução do Ministério Público poderão instaurar procedimentos administrativos, no âmbito de sua atuação extraprocessual, nos seguintes casos: [...] II - execução e acompanhamento de projetos ou programas afetos à atribuição das Promotorias de Justiça ou Procuradorias de Justiça”;

INSTAURO o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, tendo como:

REQUERENTE: 32ª Promotoria de Justiça da Saúde Pública

OBJETO: Objetiva acompanhar o planejamento e as ações de controle de dengue, zika e chicungunya no Município de Campo Grande/MS.

Para tanto, nos termos da Resolução nº 015/2007-PGJ, nomeio para secretariar os trabalhos o servidor *Carlos Alberto Arguelho*, Técnico I, independentemente de compromisso, determino o cumprimento das seguintes PROVIDÊNCIAS:

I) Registre e autue o competente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, juntamente com os documentos que o instruem;

II) Encaminhe a presente Portaria para publicação no Diário Oficial do MP/MS;



III) Comunique-se ao Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça, Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos de Campo Grande-MS, acerca da presente instauração, remetendo-lhe cópia desta peça inaugural;

IV) Expeça-se ofício à Secretaria Municipal de Saúde, com cópia desta portaria e demais documentos que a instruem, para que, no prazo de 20 dias: a) informe quais as providências estão sendo adotadas e/ou planejadas para o combate da epidemia de dengue, zika e da febre chikungunya; b) quantos agentes de controle e veículos serão disponibilizados para o combate a epidemia de dengue; c) informe se, devido ao possível risco de estado de emergência, foram solicitados recursos ao Estado de Mato Grosso do Sul e à União; d) esclareça quais medidas especiais estão sendo adotadas, em caso de decretação do estado de emergência; e) preste os demais esclarecimentos que entender pertinentes; f) informe sobre o planejamento das ações para prevenção de epidemia de dengue no ano de 2022, apresentando cronograma e descrição das ações (plano municipal de enfrentamento da dengue); g) esclareça sobre eventual necessidade de participação integrada de outras Secretarias Municipais, com vistas à adoção de medidas para intensificação de medidas de limpeza urbana, de controle de focos de criadouros de insetos nos locais e prédios públicos, de conscientização da população sobre a importância das medidas de prevenção e combate à dengue, de plano de manejo de resíduos sólidos e de plano municipal de saneamento básico;

V) Expedição de ofício à CVS – Coordenadoria de Vigilância Sanitária, com cópia desta portaria e demais documentos que a instruem, para que, no prazo de 20 dias: informe sobre a suficiência das medidas adotadas pelo Município e eventual necessidade de suplementação de ações por parte das esferas estadual e federal;

VI) Expeça-se ofício à Secretaria de Estado de Saúde, com cópia desta portaria e demais documentos que a instruem, requisitando, no prazo de 20 dias, informações sobre as medidas que estão sendo adotadas para a contenção da epidemia de dengue dentro da sua alçada;

VII) Expeça-se ofício à Comissão Estadual de Arbovirose, com cópia desta portaria e demais documentos que a instruem, requisitando, no prazo de 20 dias, informações sobre as medidas que estão sendo adotadas sobre o planejamento das ações para prevenção de nova epidemia de dengue no ano de 2022, apresentando cronograma e descrição das ações.

VIII) Envio de cópia da presente Portaria aos membros do Conselho Municipal de Saúde de Campo Grande/MS para ciência.

Campo Grande-MS, 27 de maio de 2022.

DANIELLA COSTA DA SILVA
32ª Promotoria de Justiça

CORUMBÁ

EDITAL 0014/2022/05PJ/CBA

Autos de Inquérito Civil nº 06.2022.00000591-1

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção do Patrimônio Público e Social, Defesa do Consumidor, Curadoria dos Registros Públicos e Fundações, torna pública a instauração do Inquérito Civil 06.2022.00000591-1, que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS. O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Ladário e Sanesul

Assunto: Apurar violação aos direitos dos consumidores de Ladário em razão dos atos praticados pelo Município de Ladário/MS, representado pelo Prefeito Iranil de Lima Soares, e pela empresa SANESUL, que instituíram a cobrança da taxa de coleta, remoção, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos (TRS) vinculada na fatura do fornecimento de água, obrigando, assim, o pagamento do tributo em conjunto com a tarifa do serviço da empresa SANESUL, sob pena de corte do serviço essencial de fornecimento de água potável (coerção).

Corumbá/MS, 30 de maio de 2022.

LUCIANO BORDIGNON CONTE
Promotor de Justiça



DOURADOS

EDITAL 0007/2022/10PJ/DOS

A 10ª Promotoria de Justiça de Dourados -MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo, abaixo, cujos autos digitais podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2022.00003143-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fundação de Serviços de Saúde de Dourados - FUNSAUD

Assunto : Acompanhar e fiscalizar a adoção de medidas para regularização das inconsistências identificadas no dia 17/02/2022 no Hospital da Vida e que foram registradas pelo Departamento de Fiscalização do Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso do Sul, consoante Relatório de Vistoria n.º 2/2022/MS.

Dourados, 12 de abril de 2022

AMÍLCAR ARAÚJO CARNEIRO JÚNIOR

Promotor de Justiça em substituição legal

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

PARANAÍBA

EDITAL Nº 007/2022

A Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos de Paranaíba/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua José Robalinho da Silva, 215, Jardim Santa Mônica.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000587-7

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Paranaíba.

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Paranaíba.

Paranaíba, 30 de maio de 2022.

RONALDO VIEIRA FRANCISCO

Promotor de Justiça

RIO VERDE DE MATO GROSSO

EDITAL Nº 0009/2022/PJ/RVG

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Verde de Mato Grosso – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 180, Bairro Nhecolândia, nesta Comarca de Rio Verde de Mato Grosso-MS.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000396-8

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Antonio Arruda Negrisoni; Marina Arruda Negrisoni

Assunto: Apurar a supressão de 7,49 hectares de vegetação nativa, na Fazenda Dois Irmãos, em Rio Verde de Mato Grosso/MS, sem autorização do órgão competente, conforme Laudo Técnico nº. 307/21/NUGEO. (Programa DNA Ambiental)

Rio Verde de Mato Grosso – MS, 30 de maio de 2022.

MATHEUS CARIM BUCKER

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0010/2022/PJ/RVG**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Verde de Mato Grosso – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 180, Bairro Nhecolândia, nesta Comarca de Rio Verde de Mato Grosso-MS.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000426-7

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Luiz Gustavo Mazzoni

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 0,58 hectares de vegetação nativa em área de Reserva Legal, na Estância Sombra da Serra, em Rio Verde de Mato Grosso/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 27/21 (programa DNA Ambiental).

Rio Verde de Mato Grosso – MS, 30 de maio de 2022.

MATHEUS CARIM BUCKER

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0011/2022/PJ/RVG

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Verde de Mato Grosso – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 180, Bairro Nhecolândia, nesta Comarca de Rio Verde de Mato Grosso-MS.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000427-8

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Larissa Maria Vituri Vascounto

Assunto: Apurar desmatamento de 1,24 hectares de vegetação nativa na Fazenda Amigão III e IV, em Rio Verde de Mato Grosso/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 374/20/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

Rio Verde de Mato Grosso – MS, 30 de maio de 2022.

MATHEUS CARIM BUCKER

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0012/2022/PJ/RVG

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Verde de Mato Grosso – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 180, Bairro Nhecolândia, nesta Comarca de Rio Verde de Mato Grosso-MS.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000463-4

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Luzia Firmina de Souza

Assunto: Apurar supressão de 0,24 hectares de vegetação nativa, em Área de Preservação Permanente, na Fazenda Santa Luzia, em Rio Verde de Mato Grosso/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 180/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

Rio Verde de Mato Grosso – MS, 30 de maio de 2022.

MATHEUS CARIM BUCKER

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0013/2022/PJ/RVG**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Verde de Mato Grosso – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 180, Bairro Nhecolândia, nesta Comarca de Rio Verde de Mato Grosso-MS.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000485-6

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Márcia Coelho Caldas

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 8,24 hectares em área remanescente de vegetação nativa e em Área de Preservação Permanente, na Fazenda Guaçu Porã, em Rio Verde de Mato Grosso/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer 301/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

Rio Verde de Mato Grosso – MS, 30 de maio de 2022.

MATHEUS CARIM BUCKER

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0014/2022/PJ/RVG

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Verde de Mato Grosso – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 180, Bairro Nhecolândia, nesta Comarca de Rio Verde de Mato Grosso-MS.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000486-7

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Luiz Gustavo Mazzoni

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 2,18 hectares em Área Remanescente de Vegetação Nativa, no Rancho da Serra, em Rio Verde de Mato Grosso/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Relatório de Fiscalização Ambiental nº 023/2ª PEL PMA – São Gabriel do Oeste/MS.

Rio Verde de Mato Grosso – MS, 30 de maio de 2022.

MATHEUS CARIM BUCKER

Promotor de Justiça

TERENOS**EDITAL N. 0002/2022/PJ/TRN - TAC**

EXTRATO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA celebrado em 16 de outubro de 2019, tendo como compromitente o Ministério Público Estadual, através da Promotoria de Justiça da comarca de Terenos e como compromissário o Sr. Ivair Luiz Comparim, firmado no bojo dos autos do Inquérito Civil nº 06.2018.00003668-0, instaurado para Apurar possível dano ambiental ocorrido em razão do armazenamento de embalagens de agrotóxicos em local inadequado na propriedade rural denominada “Estância HILDBRAND”, no Município de Terenos. Os autos do referido Inquérito Civil, assim como a íntegra do Termo de Ajustamento de Conduta podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Terenos-MS, 26 de maio de 2022.

EDUARDO DE ARAÚJO PORTES GUEDES

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 0003/2022/PJ/TRN - TAC**

EXTRATO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA celebrado em 16 de outubro de 2019, tendo como compromitente o Ministério Público Estadual, através da Promotoria de Justiça da comarca de Terenos e como compromissário o Sr. Ivair Luiz Comparim, firmado no bojo dos autos do Inquérito Civil nº 06.2020.00000543-6, instaurado para apurar possíveis irregularidades ambientais na Fazenda Três Irmãos, no Município de Terenos/MS, descritas nos Autos de Infração n. 1951, 1952, 1954 e 1955. Os autos do referido Inquérito Civil, assim como a íntegra do Termo de Ajustamento de Conduta podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Terenos-MS, 26 de maio de 2022.

EDUARDO DE ARAÚJO PORTES GUEDES
Promotor de Justiça